

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL COCEL N.º 013/2018

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo, Sr. Nelson Chagas**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos 3.693, de 20/12/2000 e pelo Decreto 3.784, de 06/04/2001, e subsidiariamente pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, observando-se, ainda, a Lei Complementar n.º 123, de 15/12/2006 e alterações, realizará **PREGÃO PRESENCIAL COCEL de n.º 013/2018 do tipo "MENOR PREÇO (MAIOR VANTAGEM FINANCEIRA)"**, visando a contratação de empresa para **aquisição de créditos de ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação devidamente homologados, de empresas sediadas no Estado do Paraná, credenciadas como transferentes de créditos junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital.

1 – DA ABERTURA

1.1 A Abertura do presente Pregão dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia e local indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DATA DA ABERTURA: 19/03/2018

HORA: 14:00 HORAS

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL - RUA RUI BARBOSA, 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR

1.2 Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

1.3 Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

1.4 Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

1.5 Será comunicado por escrito, às empresas que retirarem o Edital, e divulgado aos demais, pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

1.6 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

1.7 Declarada a abertura da sessão pelo(a) Pregoeiro(a), não mais serão admitidos novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes. Serão abertos os envelopes 1, que contém as "Propostas de Preços", sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

2 – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente pregão contratação de empresa para a **aquisição de créditos de ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação devidamente homologados no SISCREDA – Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados, de empresas sediadas no Estado do Paraná, credenciadas como transferentes de créditos junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, conforme modalidade de crédito abaixo especificada:

2.1.1 Créditos de ICMS - SISCREDA: no valor total estimado de **R\$ 4.800.000,00** (quatro milhões e oitocentos mil reais), sendo dividido em **12 (doze) parcelas mensais de aproximadamente R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), considerando o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

2.1.2 Para esta modalidade de crédito de ICMS o CAD ICMS a ser utilizado para transferência é **10802030-00** e o número do Credenciado é **D-0002127-03**.

2.1.3 Caso ocorra o impedimento por parte da COCEL no abatimento das parcelas discriminadas no item 2.1.1 deste Edital por força da limitação imposta pela Resolução SEFA Nº 652/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9940 de 09/05/2017 ou outro normativo que vier a ser publicado até a finalização

desta operação, nada será devido à empresa cedente do crédito e todas as operações previamente realizadas deverão ser estornadas, sem que seja devido qualquer valor por parte da COCEL.

2.1.4 A empresa a ser contratada deverá atender os requisitos previstos nas seguintes legislações:

- a) Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 7871, publicado no DOE 10040 de 02 de outubro de 2017, artigos 47 a 53;
- b) Normas de Procedimento Fiscal nºs 001/2009, 097/2009 e 081/2010 expedidas pelo Diretor da Coordenação da Receita do Estado do Paraná;
- c) Decreto nº 5230 publicado no Diário Oficial nº 8036 de 17 de agosto de 2009;
- d) Decreto nº 6408 publicado no Diário Oficial nº 8176 de 10 de março de 2010.

2.1.5 A proposta comercial a ser apresentada deverá contemplar o valor total do objeto deste edital, ou seja, não será permitida a apresentação de proposta com valor parcial.

2.1.6 O pagamento à futura contratada será realizado no mesmo dia de utilização do crédito tributário, ou seja, a COCEL realizando o pagamento do ICMS, realizará o pagamento observando-se o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná;

2.1.7 O proponente apresentará os respectivos Certificados de Transferência com antecedência mínima de dois dias úteis do último dia do período de apuração, sob pena de incorrer em multa de 20% do valor transferível naquele período;

2.1.8 A validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua abertura.

3. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

3.1 Os recursos destinados a esta licitação estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2018.

Item orçamentário	Conta Contábil
16320	61063303004

4- DA PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

4.2 Não poderão participar deste pregão as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, conforme previsto nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93.

4.3 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

4.4 De acordo com o estabelecido no inciso III, do artigo 9º, da Lei 8.666/93, não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação qualquer pessoa que mantenha vínculo empregatício perante a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, bem como proponentes que possuam empregados da **COCEL** no seu quadro de pessoal, inclusive na condição de dirigente ou sócio.

4.5 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante para o mesmo lote.

4.6 Quando do interesse de participar do presente processo licitatório, solicitamos enviar antecipado, para o email: grochoski@cocel.com.br, visando o pré cadastro, a Razão Social da Empresa, nº do CNPJ, e nome do representante da empresa que participará da sessão de abertura, referenciando RG e CPF, para agilizarmos o credenciamento, destacando que trata-se de faculdade da licitante interessada, não constituindo obrigação para participação do certame.

5 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no subitem **18.14** deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.2 Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.3 A COCEL informará acerca dos esclarecimentos a todos os proponentes que tenham retirado o presente edital, à pessoa e endereço indicados pelo interessado por ocasião de sua retirada, disponibilizando-os, na Internet, no site www.cocel.com.br.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1 Às empresas que participarem do presente Pregão será permitido apenas 01 (um) representante legal para o lote, que será o único admitido a intervir em

nome da mesma, devendo se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, no horário determinado, devidamente munido de documento que o credencie (modelo anexo IV) a participar deste procedimento licitatório, sendo que no ato da entrega dos envelopes, deverá identificar-se exibindo a Carteira de identidade ou outro documento equivalente, e ainda, efetuar a entrega da **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previstos no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, conforme (modelo anexo II).

6.2 Por credenciais entendem-se:

a) Habilitação do representante, mediante instrumento público de procuração, preferencialmente, ou instrumento particular com firma reconhecida, na forma do Código Civil, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada de cópia do ato (Contrato Social) de investidura do outorgante, no qual se declare, expressamente, ter poderes para a outorga (modelo anexo IV).

b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. (Contrato Social ou Estatuto).

6.3 Estes documentos deverão ser apresentados ao(a) Pregoeiro(a) no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Proposta e Documentação. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação pelo pregoeiro da COCEL, ou por publicações em órgãos da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente pelo(a) pregoeiro(a) que se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

6.4 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, o proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de pregão.

7 – DOS ENVELOPES

7.1 Os envelopes com a “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”, deverão ser entregues ao Pregoeiro da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item I deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

a) ENVELOPE DE PROPOSTA:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 013/2018

Data de abertura: 19/03/2018

Horário de abertura: 14:00 horas

Conteúdo: Proposta de Preços/Envelope n.º 01

Proponente:

CNPJ N.º:

b) ENVELOPE PARA HABILITAÇÃO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 013/2018

Data de abertura: 19/03/2018

Horário de abertura: 14:00 horas

Conteúdo: Documentos para Habilitação/Envelope n.º 02

Proponente:

CNPJ N.º:

7.2 O n.º do CNPJ informado na parte externa do envelope servirá de base para consulta “on line” ao cadastramento da COCEL.

7.3 Juntamente com os envelopes de proposta e documentação, deverá ser entregue ao Pregoeiro a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, sem a qual ficará a empresa interessada impedida de participar do certame.

7.4 As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14 /12/2006 e 147/14 de 07/08/2014, bem como do Decreto n.º 8538 de 06/10/15, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme modelo

constante do Anexo V deste Edital, a qual deverá ser entregue ao pregoeiro juntamente com os documentos descritos no item **7.3** do Edital.

8 - DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)

8.1 O envelope "PROPOSTA DE PREÇO" deverá conter a proposta do proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta que integra o Anexo VI do presente Edital, observando-se as seguintes disposições:

- a)** Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;
- b)** O percentual de desconto a ser ofertado para a COCEL **não poderá ser inferior a 20,00% (vinte por cento)**.
- c)** No(s) preço(s) proposto(s) e nos lances que oferecer, já deverá estar incluído todos os custos necessários para o fornecimento do(s) objeto(s) da licitação, bem como todos os impostos, diferenças de alíquotas, substituição tributária, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, descarga, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;
- d)** Serão classificadas as propostas que apresentarem preço(s) unitário igual(is) ou superior(es) ao(s) preço(s) (lance percentual) mínimo descrito(s) no Anexo I do presente Edital.
- e)** Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- f)** indicação do banco, agência e conta para, caso seja vencedora, ser efetuado o pagamento mediante depósito em conta corrente do valor líquido devido pela COCEL à empresa vencedora.
- g)** declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação, ciência e atendimento integral, à especificação técnica dos serviços conforme modelo (Anexo II);

8.2 O Proponente que ofertar percentual de desconto abaixo do limite previsto no item 8.1 "b", será automaticamente DESCLASSIFICADO.

8.3 TODA DOCUMENTAÇÃO DE QUE TRATA ESTE ARTIGO, DEVERÁ ESTAR CONTIDA DENTRO DO ENVELOPE DE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL.

8.4 Em hipótese alguma a COCEL realizará o pagamento de comissão, taxa, honorário ou qualquer valor a terceiros, intermediário, procurador ou qualquer representante da empresa CONTRATADA.

9 – DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

9.1 Do envelope nº 02 – “DA HABILITAÇÃO” deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

9.1.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembleia Geral e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) ato constitutivo em vigor, Contrato Social e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada;
- d) inscrição do ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembleia Geral ou Contrato Social, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- f) declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei n.º 9.854, de 27/10/99 (modelo Anexo III);
- g) Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte, se optar em usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e 147/14 de 07/08/2014, deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial ou Prova da inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, que comprove a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em se tratando de sociedade simples, o documento á comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

9.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a ser cotado pelo proponente;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive a relativa à Seguridade Social, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei; OU CND da UNIÃO e SEGURIDADE SOCIAL;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011 (certidão emitida via internet).**

9.1.3 - Para comprovação da qualificação técnica:

- a) Documento expedido pela **Fazenda do Estado do Paraná**, em nome do proponente, **atestando a condição de credenciado como transferente de crédito**, em que conste informação de que o montante de créditos ofertados está regularmente habilitado à transferência nos termos da legislação em vigor;

9.1.4 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis, referentes ao último exercício social, assinados pelos administradores da empresa e por contabilista legalmente habilitados;
- b) **Certidão negativa dos cartórios de registro de falências no local da sede do proponente.**

9.1.5 - O Certificado de Registro Cadastral, fornecido pela **COCEL, válido na data de abertura desta licitação, substituirá a apresentação dos documentos exigidos**

Pregão Presencial Cocel n.º. 013/2018

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

nos itens: - **9.1.1** nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e"; - **9.1.2** nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g"; - **9.1.3** na alínea "a"; - **9.1.4** nas alíneas "a" e "b". Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da **COCEL** (CRC). O Certificado de Registro Cadastral da **COCEL** (CRC) da matriz não dispensa as filiais da apresentação de CRC próprio.

9.1.6 Para os documentos sem data de validade será considerado prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão (atestados de fornecimento/serviço continuam sem data de vencimento/expiração, a menos que esteja determinado em seu texto).

9.1.7 - Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação e autenticação por parte do(a) PREGOEIRO(A)/EQUIPE DE APOIO, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

9.1.8 – As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, serão consideradas inabilitadas.

9.1.9 – As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será contado do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1 No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o PREGOEIRO receberá dos representantes credenciados a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, as microempresas ou empresas de pequeno porte, que optarem em utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, de 14/12/06 e 147/14 de 07/08/2014, bem como o Decreto nº 8538 de 06/10/15 deverão apresentar a **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, e, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

10.2 Quando os envelopes forem enviados pelo Correio ou outro meio que não seja o seu representante legal, as empresas interessadas em participar do certame licitatório, deverão enviar além dos envelopes citados no item 7.1, outro envelope contendo a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, entregue de acordo com o horário estabelecido neste Edital, para abertura da licitação, sob pena de estar impedido de participar do certame licitatório.

10.3 Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos do pregão.

10.4 Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade e posterior rubrica.

10.5 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

10.6 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

10.7 Os envelopes contendo documentos de habilitação, que não forem abertos durante o certame, serão disponibilizados, fechados, aos respectivos proponentes, após a formalização da contratação.

11 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à

disposição de todos os concorrentes, assim como, a que não se encontre em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.

11.2 O(A) PREGOEIRO(A) informará aos participantes presentes quais proponentes apresentaram propostas de preço para fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores apresentados.

11.3 Serão classificadas pelo (a) Pregoeiro (a), o proponente que apresentar a proposta de **MAIOR DESCONTO (MAIOR VANTAJOSIDADE)** e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, para lances verbais.

11.4 Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até que haja no máximo 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX da Lei nº 10.520/02.

11.5 Os proponentes classificados conforme estabelecido no subitem 11.3 ou 11.4, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, **de valores distintos e crescentes** em relação ao menor lance oferecido pelos demais licitantes, **visando o maior desconto**;

11.6 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de menor lance de preço e, as demais, em ordem crescente de valor.

11.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de classificação final das propostas para o item em disputa.

11.8 Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e classificadas as ofertas, a partir da proposta de menor preço.

11.9 O(A) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço ofertado da primeira classificada, procedendo a negociação, se for o caso, e decidindo motivadamente a respeito.

11.10 Será dado o direito de preferência para MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

11.11 Sendo aceitável a proposta de maior lance de preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação da sua condição habilitatória.

11.12 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, o Sr.(a) Pregoeiro(a) declarará a vencedora, podendo ser adjudicado o objeto da presente licitação.

11.13 Se o proponente desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda essas condições, sendo a respectiva declarada vencedora, e a ela adjudicado o objeto do certame.

11.14 O(A) pregoeiro(a) deverá negociar diretamente com o proponente, quando o preço não for aceitável, para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 11.8, 11.9 e 11.11.

11.15 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e pelos representantes dos proponentes presentes. Os envelopes das demais proponentes ficarão de posse da COCEL, que os devolverá após atendimento do objeto licitado, ou os incinerará caso não seja retirado no prazo de 30 dias, após resultado final do pregão.

11.16 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente as penalidades cabíveis.

11.17 O proponente vencedor deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após o comunicado da aprovação da habilitação, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço – maior desconto – maior vantajosidade) na sessão pública do Pregão, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone, fax e e-mail da empresa, no seguinte endereço:

- SALA DA DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRA DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL - RUA RUI BARBOSA, 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

11.18 Após a adjudicação pelo(a) Pregoeiro(a), do objeto da licitação, o processo será encaminhado devidamente instruído, para homologação pelo Diretor Administrativo da COCEL.

12 – DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS

12.1 A empresa CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento, dentre outros, dos itens constantes da Cláusula Sexta da Minuta de Contrato em anexo.

13 – DO CONTRATO

13.1 Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

13.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

13.3 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campo Largo.

13.4 Caso o proponente selecionado, venha a desistir da assinatura do Contrato, hipótese prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no art. 87 da mencionada lei.

14 – DA EXECUÇÃO

14.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

14.2 A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.3 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

15 – DAS SANÇÕES

15.1 O proponente que ensejar o retardamento dos trabalhos do certame licitatório, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a COCEL, pelo prazo de 02 (dois) anos, ou pelo prazo que

permanecerem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 Pelo atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto contratado, erro, imperfeição, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a empresa Adjudicatária estará sujeita, segundo a extensão da falta cometida, às sanções previstas no artigo 86 e 97, da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/02, garantida prévia defesa.

- Advertência;
- Multa(s), que deverá(ão) ser paga(s) a COCEL, ou descontadas de valores a receber, de acordo com informações fornecidas pela Administração:
 - a) De 0,2% (dois décimos por cento) no valor do Contrato ou da parte não entregue por dia de atraso, pelo descumprimento dos prazos de entrega dos objetos previstos neste Edital, limitada a 6% (seis por cento);
 - b) De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do contrato.
- Ficará impedido de participar em licitação e de contratar com a COCEL, por prazo de 02 (dois) anos, com base na Lei 10.520/02 e Decreto 3.555/00.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.3 Poderá ainda ser aplicada a multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da parte correspondente à parcela que estiver em inadimplemento.

15.4 No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.5 Se o valor da penalidade não for pago administrativamente, será cobrado judicialmente.

15.6 O proponente responderá por quaisquer eventos ou fatos relacionados à operação que venham a efetuar, especialmente autuações fiscais, obrigando-se inclusive, por si e por seus sócios, a efetuar eventuais ressarcimentos, se for o caso.

16 – DOS RECURSOS

16.1 Ao final da sessão, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais proponentes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

16.2 A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso.

16.3 Em caso de recurso o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a adjudicação do objeto ao vencedor, até a decisão de mérito do recurso.

16.4 O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

16.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 A manifestação do recurso deverá ser feita na própria sessão do pregão e será reduzida a termo em ata.

16.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro adjudicará a licitação ao(s) vencedor(es) e encaminhará o processo para homologação da autoridade superior.

16.8 Dos atos da Administração após a celebração do Contrato, decorrente da aplicação da Lei nº 8.666/93, caberá:

16.8.1 Recurso dirigido ao Diretor Presidente da COCEL, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolado no endereço referido no subitem 19.14 deste Edital, nos casos de:

- a) Anulação ou revogação da licitação;
- b) Rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93;
- c) Aplicação das sanções de advertência, multa ou suspensão temporária.

16.8.2 Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

16.9 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias

úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade (§4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93).

17- DA INDICAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

17.1 O Pregoeiro responsável pelo presente Pregão Presencial será o **Sr. Antonio Grochoski**, designado pela Portaria n.º 01/2018, de 02/01/2018, e **equipe de apoio**, pelo **Sr. Marco Antonio Munari**.

17.2 Na ausência do Pregoeiro responsável, o presente pregão será conduzido e julgado por um dos pregoeiros designados pela Portaria n.º 01/2018, de 02/01/2018.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do proponente vencedor, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

18.2 Caberá ao(a) Pregoeiro(a) definir o tempo de que dispõem os licitantes para oferecerem seus lances verbais.

18.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

18.5 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

18.6 O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.7 Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

18.8 É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

18.10 As normas que disciplinam este pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

18.11 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.12 Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo, para solução das questões oriundas do presente Edital.

18.13 Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a presente seção.

18.14 Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, na Rua Rui Barbosa, nº 520, em Campo Largo, Paraná, até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas através do e-mail grochoski@cocel.com.br ou pelos telefones (0xx-41) 2169-2122 e 2169-2114.

18.15 Cópias do Edital e seus anexos serão entregues no endereço citado anteriormente, nos horários de 8:30 às 11:30 e de 13:30 às 16:30 horas, ou podendo ser retirado no site www.cocel.com.br.

18.16 A adjudicação do resultado desta licitação não implica em direito à obrigatoriedade de ser adquirido o objeto pretendido.

18.19 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 8.666/93 e na legislação vigente.

18.20 Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de referência;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;

- Anexo III - Modelo de Declaração de Observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- Anexo IV - Modelo de procuração de representante legal para credenciamento;
- Anexo V – Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI – Modelo para apresentação da Proposta;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo da Ordem de Compra de Materiais.

Campo Largo, 27 de fevereiro de 2018.

NELSON CHAGAS
Diretor Administrativo

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

Constitui objeto do **Pregão Presencial n.º 013/2018**, o fornecimento do lote a seguir descrito, o qual deverá apresentar, obrigatoriamente, as seguintes características mínimas:

1 - OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente pregão contratação de empresa para a **aquisição de créditos de ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação devidamente homologados, de empresas sediadas no Estado do Paraná, credenciadas como transferentes de créditos junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, conforme modalidade de crédito abaixo especificada:

1.2 Créditos de ICMS - SISCRED: no valor total estimado de **R\$ 4.800.000,00** (quatro milhões e oitocentos mil reais), sendo dividido em **12 (doze) parcelas mensais de aproximadamente R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), considerando o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

1.3 Para esta modalidade de crédito de ICMS o CAD ICMS a ser utilizado para transferência é **10802030-00** e o número do Credenciado é **D-0002127-03**.

2 – DESCONTO MÍNIMO

2.1 O percentual de desconto a ser ofertado para a COCEL não poderá ser inferior a 20,00% (vinte por cento).

2.2 Serão classificadas as propostas que apresentarem preço(s) unitário igual(is) ou superior(es) ao(s) preço(s) (lance percentual) mínimo exigido no item 2.1 do presente Anexo I.

2.3 Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.4 O Proponente que ofertar percentual de desconto abaixo do limite previsto no item 2.1 do presente Anexo I, será automaticamente **DESCCLASSIFICADO**.

3 – GARANTIAS DE TRANSFERÊNCIA

3.1 A empresa apresentará os respectivos Certificados de Transferência com antecedência mínima de dois dias úteis do último dia do período de apuração, sob pena de incorrer em multa de 20% do valor transferível naquele período;

3.2 A empresa proponente apresentará declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação, ciência e atendimento integral, à especificação técnica dos serviços conforme modelo em Anexo II;

3.3 A empresa proponente responderá por quaisquer eventos ou fatos relacionados à operação que venham a efetuar, especialmente autuações fiscais, obrigando-se inclusive, por si e por seus sócios, a efetuar eventuais ressarcimentos, se for o caso.

4 – CONDIÇÕES GERAIS DA OPERAÇÃO

4.1 Caso ocorra o impedimento por parte da COCEL no abatimento das parcelas discriminadas no item 1.2 deste Anexo, por força da limitação imposta pela Resolução SEFA Nº 652/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9940 de 09/05/2017 ou outro normativo que vier a ser publicado até a finalização desta operação, nada será devido à empresa cedente do crédito e todas as operações previamente realizadas deverão ser estornadas, sem que seja devido qualquer valor por parte da COCEL.

4.2 A empresa a ser contratada deverá atender os requisitos previstos nas seguintes legislações:

- a) Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 7871, publicado no DOE 10040 de 02 de outubro de 2017, artigos 47 a 53;
- b) Normas de Procedimento Fiscal nºs 001/2009, 097/2009 e 081/2010 expedidas pelo Diretor da Coordenação da Receita do Estado do Paraná;
- c) Decreto nº 5230 publicado no Diário Oficial nº 8036 de 17 de agosto de 2009;
- d) Decreto nº 6408 publicado no Diário Oficial nº 8176 de 10 de março de 2010.

4.3 A proposta comercial a ser apresentada deverá contemplar o valor total do objeto deste edital, ou seja, não será permitida a apresentação de proposta com valor parcial.

4.4 A validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua abertura.

5 – DO PRAZO DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento à futura contratada será realizado no mesmo dia de utilização do crédito tributário, ou seja, a COCEL realizando o pagamento do ICMS, conforme calendário regulado, realizará o pagamento observando-se o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

5.2 O pagamento dar-se-á em **12 (doze) parcelas mensais de até mensais de aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, considerando o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

5.3 Os valores acima poderão sofrer alteração e, portanto, para esta modalidade de crédito, poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) através de Termo Aditivo.

6 - IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, ETC.: TODOS OS CUSTOS COM IMPOSTOS, ICM's diferencial/substituição, TAXAS E DEMAIS DESPESAS QUE PORVENTURA OCORREREM SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

.....(Empresa)....., CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 013/2018**, que:

- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade do cumprimento do objeto;
- Aceita participar do Presente Pregão, nas condições estipuladas neste Edital e, caso vencedor, assume integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto;
- Não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;
- Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação e inexistente fato impeditivo para tal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20__.

(assinatura do proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada juntamente com a Procuração (Anexo IV deste edital).

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....(Empresa)....., CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 013/2018**, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: **Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?** **SIM** () **NÃO** ().

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20__.

(assinatura do proponente)

ANEXO IV PROCURAÇÃO

(Empresa) com sede (endereço), (CNJP), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 013/2018**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido PREGÃO, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura)
(nome e cargo do representante legal)

A procuração acima deverá ser apresentada em separado dos envelopes, diretamente ao pregoeiro, acompanhada de documento de Identificação, pelo representante designado pela proponente para a participação no referido certame.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e 147/14 de 07/08/2014, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., de de

.....
(Assinatura do representante legal da empresa)

Obs.: Esta declaração somente deverá ser apresentada junto com a credencial, se a empresa estiver registrada como microempresa e empresa de pequeno porte, e não tiver nenhum impeditivo de beneficiar-se da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e 147/14 de 07/08/2014, e quiser usufruir dos benefícios desta lei.

ANEXO VI PROPOSTA

À
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 013/2018

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar à V. Sas., a nossa proposta para fornecimento de postes de concreto, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I do Edital de **Pregão Presencial COCEL n.º 013/2018**.

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que concordamos em firmar o contrato para fornecimento do(s) objeto(s) relacionados nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentados através dos lances, pelo nosso representante credenciado;
3. O percentual de desconto ofertado é de _____ % (... por cento).
4. declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de 03 (três) dias úteis, os itens que foram apresentados lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;
5. declaramos que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, inclusive todos os tributos [ICMS, (DIFERENCIAL/SUBSTITUIÇÃO), IPI E OUTROS] sujeitos em decorrência da presente Proposta;
6. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

Assinatura do proponente

Representante Legal da Empresa, ou procurador para tal fim anexado o respectivo instrumento

Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____

CNPJ: _____ Insc. Est.: _____

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

CIRG N.º: _____ Expedida por: _____

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DE ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS, DE EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DO PARANÁ, CREDENCIADAS COMO TRANSFERENTES DE CRÉDITOS JUNTO A SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Largo – Paraná ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato a aquisição pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** de:

1.1.1 Constitui objeto do presente contrato a **aquisição de créditos de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação** devidamente

homologados, de empresas sediadas no Estado do Paraná, credenciadas como transferentes de créditos junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, conforme modalidade de crédito abaixo especificada:

1.1.2 Créditos de ICMS - SISCRED: no valor total estimado de **R\$ 4.800.000,00** (quatro milhões e oitocentos mil reais), sendo dividido em **12 (doze) parcelas mensais de aproximadamente R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais), considerando o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

1.1.3 Para esta modalidade de crédito de ICMS o CAD ICMS a ser utilizado para transferência é **10802030-00** e o número do Credenciado é **D-0002127-03**.

1.1.4 Caso ocorra o impedimento por parte da COCEL no abatimento das parcelas discriminadas no item 2.1.1 deste Edital por força da limitação imposta pela Resolução SEFA Nº 652/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9940 de 09/05/2017 ou outro normativo que vier a ser publicado até a finalização desta operação, nada será devido à empresa cedente do crédito e todas as operações previamente realizadas deverão ser estornadas, sem que seja devido qualquer valor por parte da COCEL.

1.1.5 A empresa a ser contratada deverá atender os requisitos previstos nas seguintes legislações:

- e) Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 7871, publicado no DOE 10040 de 02 de outubro de 2017, artigos 47 a 53;
- f) Normas de Procedimento Fiscal nºs 001/2009, 097/2009 e 081/2010 expedidas pelo Diretor da Coordenação da Receita do Estado do Paraná;
- g) Decreto nº 5230 publicado no Diário Oficial nº 8036 de 17 de agosto de 2009;
- h) Decreto nº 6408 publicado no Diário Oficial nº 8176 de 10 de março de 2010.

1.1.6 A proposta comercial apresentada contempla o valor total do objeto licitado.

1.1.7 O pagamento será realizado no mesmo dia de utilização do crédito tributário, ou seja, a COCEL realizando o pagamento do ICMS, realizará o pagamento observando-se o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

1.1.8 Em hipótese alguma a COCEL realizará o pagamento de comissão, taxa, honorário ou qualquer valor a terceiros, intermediário, procurador ou qualquer representante da empresa CONTRATADA.

1.1.9 Os valores indicados no item 1.1.1, poderão sofrer alteração e, portanto, para esta modalidade de crédito, poderá ser acrescido ou suprimido em até 25%

(vinte e cinco por cento) através de Termo Aditivo.

1.2 Este Contrato é decorrente do Pregão Presencial nº. 013/2018 e da Proposta Comercial _____ de ____/____/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento dos bens e para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 Edital de **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 013/2018**, de 27 de fevereiro de 2018 e respectivos Anexos;

2.1.2 Proposta Comercial da Contratada.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da COCEL e da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 O preço total, fixo e irrevogável, para o fornecimento do objeto deste contrato é o apresentado no lance da **CONTRATADA**, devidamente aprovada pela **CONTRATANTE**, o qual totaliza o percentual de desconto _____ %.

3.2 Após a apropriação e aproveitamento integral do crédito do ICMS pela COCEL, será realizado depósito em conta corrente da CONTRATADA, através do Banco nº _____, Agência nº _____, conta corrente nº _____, à detentora do crédito no valor líquido de desconto de cada parcela mensal transferida.

3.4 É vedado à **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatadas em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada, ferramentas, equipamentos necessários para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, hospedagem, pequenas despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

3.5 Os preços contemplam todos os custos, tributos e encargos incorridos pela **CONTRATADA** para o completo fornecimento e operacionalidade do objeto contratado, tais como os pagamentos das obrigações legais, fiscais e trabalhistas, **ICMS diferencial/substituição**, seguros, despesas com equipamentos de apoio, hospedagem, frete, etc., quando aplicável, de acordo com as Especificações Técnicas.

3.6 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A **CONTRATADA** entregará os respectivos Certificados de Transferência com antecedência mínima de dois dias úteis do último dia do período de apuração, sob pena de incorrer em multa de 20% do valor transferível naquele período;

4.2 O pagamento à futura contratada será realizado no mesmo dia de utilização do crédito tributário, ou seja, a COCEL realizando o pagamento do ICMS, conforme calendário regulado realizará o pagamento observando-se o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

4.3 O pagamento dar-se-á em **12 (doze) parcelas mensais de aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, considerando o limite de apropriação de crédito acumulado definido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

4.4 Os valores acima poderão sofrer alteração e, portanto, para esta modalidade de crédito, poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) através de Termo Aditivo.

4.5 A COCEL reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da CONTRATADA e as multas previstas na CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA** durante o período de vigência do presente contrato:

6.1.1 Conduzir os trabalhos para transferência dos créditos, por modalidade, indicados na Cláusula Primeira deste contrato, devidamente homologados, nos prazos e valores acordados entre as Partes, conforme legislações mencionadas na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Contrato.

6.1.2 Apresentar à COCEL, quando por esta solicitada e com base nas indicações fornecidas, o estágio da prestação dos serviços;

6.1.3 Manter em absoluto sigilo, todas as informações obtidas durante a prestação dos referidos serviços;

6.1.4 Operar com uma organização completa, independente e sem vínculo com a COCEL, executando os serviços, objeto deste contrato, exclusivamente com

profissionais devidamente treinados e habilitados;

6.1.5 Realizar suas atividades utilizando profissionais especializados, em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal de sua contratação, necessária à execução do contrato, com integral atendimento de toda a legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidade, com ênfase na tributária, cível, previdenciária, trabalhista, acidente do trabalho e/ou outros semelhantes, bem como assistência médica e/ou outros assemelhados, cedendo cópia de comprovação de quitação à fiscalização da COCEL, se necessário.

6.1.6 Obriga-se a reembolsar à COCEL, de todas as despesas que esta tiver decorrente de:

- a) reconhecimento judicial de vínculo empregatício de seus empregados com a **COCEL**, ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;
- b) reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade da COCEL, ou de qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico, no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias contratadas;
- c) indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos causados pela **CONTRATADA** ou seus prepostos na execução de suas atividades.

6.1.7 Restituir à COCEL, todas as despesas que esta tiver que efetuar para suprir as falhas ocorridas na prestação dos serviços, objeto deste contrato, em consequência da ação ou omissão da CONTRATADA ou de seus empregados;

6.1.8 Responder por quaisquer eventos ou fatos relacionados à operação que venham a efetuar, especialmente autuações fiscais, obrigando-se inclusive, por si e por seus sócios, a efetuar eventuais ressarcimentos, se for o caso;

6.1.9 Manter os entendimentos entre a CONTRATADA e a COCEL, relativamente a este contrato, cujas decisões deverão ser confirmadas, por escrito, dentro de 3 (três) dias úteis de sua ocorrência, entre os representantes legais das partes.

6.1.10 Entregar, exclusivamente para a COCEL, salvo manifestação formal e expressa, todos os relatórios, documentos, papéis de trabalho e pareceres produzidos pela CONTRATADA em decorrência da prestação dos serviços ora contratados;

6.1.11 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação que o originou.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA COCEL

7.1 Além das naturalmente decorrentes do presente instrumento, constitui obrigação da COCEL, efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro das condições e prazos estabelecidos.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRAÇÃO

8.1 É vedada pela **CONTRATADA** subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA: PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1 O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único: O término do prazo de vigência deste Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que seu exercício se dê após o término do referido prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

10.1 O prazo mencionado na CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGÊNCIA poderá ser prorrogado:

10.1.1 - Desde que ocorra algum dos motivos elencados no art. 57, da Lei nº 8.666/93.

10.1.2 - A CONTRATADA notificará a COCEL, por escrito, sobre a causa de qualquer atraso.

10.1.3 - A comunicação da ocorrência do fato gerador deve ser feita em até 24 (vinte e quatro) horas após, se tratar de caso fortuito ou força maior.

10.1.4 - Nas demais ocorrências que possam também causar atrasos, a comunicação deve ser feita em até 05 (cinco) dias corridos do fato gerador.

10.1.5 - Em ambas as hipóteses, a comunicação deve sempre ser feita antes do vencimento do prazo do CONTRATO, sob pena de ser caracterizado o inadimplemento com a conseqüente aplicação das penalidades nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA, sem prejuízo de outras cominações legais previstas neste CONTRATO ou na lei.

10.1.6 - Ao receber tal notificação da CONTRATADA, a COCEL apreciará os fundamentos de fato e de direito, em especial os documentos comprobatórios do evento e a extensão do atraso. Se os fundamentos apresentados pela

CONTRATADA forem aceitos, a COCEL decidirá sobre a extensão da prorrogação de prazo a ser concedida.

10.1.7 - São de competência exclusiva da COCEL o julgamento e a decisão sobre qualquer prorrogação de prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: PENALIDADES

11.1 Ressalvados os casos fortuitos e/ou força maior, desde que, devidamente comunicados, por escrito, pela **CONTRATADA** e aceitos como tal pela **COCEL**, o descumprimento de quaisquer obrigações elencadas neste contrato, importará no pagamento de 2% (dois por cento), do valor total do contrato.

11.2 Caso a **CONTRATADA** inadimplir o presente contrato dando causa à sua rescisão, pagará a **COCEL** multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total apurado do contrato.

10.3 A **CONTRATADA** será responsável pelo ressarcimento de eventuais danos diretos comprovados que venham causar à **COCEL** e/ou terceiros em decorrência da execução deste contrato.

11.4 - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de até 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

11.5 - Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

11.6 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

13.2 - A rescisão do contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

13.3 Caso ocorra o impedimento por parte da COCEL no abatimento das parcelas discriminadas no item 1.1.2 deste Contrato, por força da limitação imposta pela Resolução SEFA Nº 652/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9940 de 09/05/2017 ou outro normativo que vier a ser publicado até a finalização desta operação, nada será devido à empresa cedente do crédito e todas as operações previamente realizadas deverão ser estornadas, sem que seja devido qualquer valor por parte da COCEL.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEIS E REGULAMENTOS

14.1 – A CONTRATADA será responsável e indenizará a COCEL e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais. A CONTRATADA será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, para cumprimento deste CONTRATO.

14.2 – Aplicam-se a este contrato as disposições das Leis n.ºs 8.666/93, e 10.520/02, e suas alterações posteriores, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: NOVAÇÃO

15.1 - A não utilização por parte da COCEL, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da COCEL neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

16.1 – As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global de R\$..... (), para todos os legais e jurídicos efeitos.

16.2 Os pagamentos serão efetuados pela COCEL, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Pregão Presencial Cocel n.º. 013/2018

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

Item orçamentário	Conta Contábil
17486	1232.3.03.10.000.0001

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO

17.1 - Para efeitos deste Contrato, a COCEL designa como gestor o Gerente do Departamento Contábil, Sr. Luciano Kloss.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: FORO

18.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias de igual teor e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, de de 2018.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

CPF:

ANEXO VIII
MODELO DA ORDEM DE COMPRA DE MATERIAIS

Cia Campolarguense de Energia ORDEM DE COMPRA DE MATERIAIS

Rua Rui Barbosa, 520 CEP 83601140 Centro CAMPO LARGO - PR - IE 10802030-00 - CNPJ 758058950000130
Telefone (41) 21692144 - e-mail grochoski@cocel.com.br

___/___/___ :___
Página ___ de ___
Processo: ___/___

Data: ___/___/___	Número: _____	Comprador: _____	Centro de Custo: _____
FORNECEDOR			
Código: _____	Nome: _____		
CNPJ: _____	Inscrição Estadual: _____	Telefone: _____	FAX: _____
E-mail: _____	ODC: _____		
C. orçamentário: _____	Cond. Pagamento: _____	ODC: _____	
Tipo Compra: _____	Estoque: _____	Observação: _____	
Aplicam-se à presente Ordem de Compra as disposições da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.		OBS: A NF. deve ser emitida obrigatoriamente conforme a Ordem de Compra.	

Produto	UN	Quantidade	Valores		IPI		ICMS Difs.Sub.	Previsão de Entrega
			Unitário	Total	Aliq.	Valor		

JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN	NELSON CHAGAS	PEDRO LUIZ DURIGAN	Total dos Materiais: Total do IPI: Total do Adicional:	Total dif /Sb. ICMS: Total do Frete: Total do Pedido:
Local de Entrega: _____				